

SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



FRENTE PARLAMENTAR
PELOS DIREITOS, DA
SAÚDE DO FUNCIONALISMO
PÚBLICO DO ESTADO DE
SÃO PAULO



UNICAMP FAPESP UNESP UNICAMP CUT



APRESENTAÇÃO

As condições de trabalho e as políticas autoritárias implementadas por sucessivos governos estaduais e intensificadas pelo governo de Tarcsio de Freitas impactam diretamente na saúde dos profissionais da Educação e no funcionalismo público de forma geral.

Esta sempre foi uma percepção da APEOESP, bem como das demais entidades do funcionalismo público estadual, fato verificável no elevado número de afastamentos por adoecimento na rede estadual de ensino, na área da saúde, entre os servidores da segurança pública e outros setores e também em pesquisas realizadas pela APEOESP em 2003, 2007, 2011 e 2013, porém sentíamos falta de uma pesquisa mais ampla, multissetorial.

Este debate foi realizado em audiência pública realizada no dia 10 de julho de 2025 pela Frente Parlamentar pelos Direitos, da Saúde do Funcionalismo Público do Estado de São Paulo, coordenada pela deputada estadual Professora Bebel, então segunda presidenta da APEOESP, que concluiu pela realização de uma pesquisa sobre saúde e condições de trabalho do funcionalismo, envolvendo profissionais da Educação (professores e servidores da Secretaria Estadual da Educação) e profissionais da Saúde, envolvendo a AFUSE – Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação e o SindSaúde-SP – Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde do Estado de São Paulo.

Nesta publicação, estão expostos e analisados os dados relativos aos profissionais da Educação. Outra parte da pesquisa aborda a saúde e as condições de trabalho dos profissionais da Saúde, com dados e abordagem específica, que será objeto de nova publicação.

O estudo oferece um panorama preocupante sobre o adoecimento dos profissionais da Educação, sobretudo em relação à saúde mental, relacionado com plataformização, autoritarismo e jornadas excessivas, entre outros fatores.

Boa leitura!



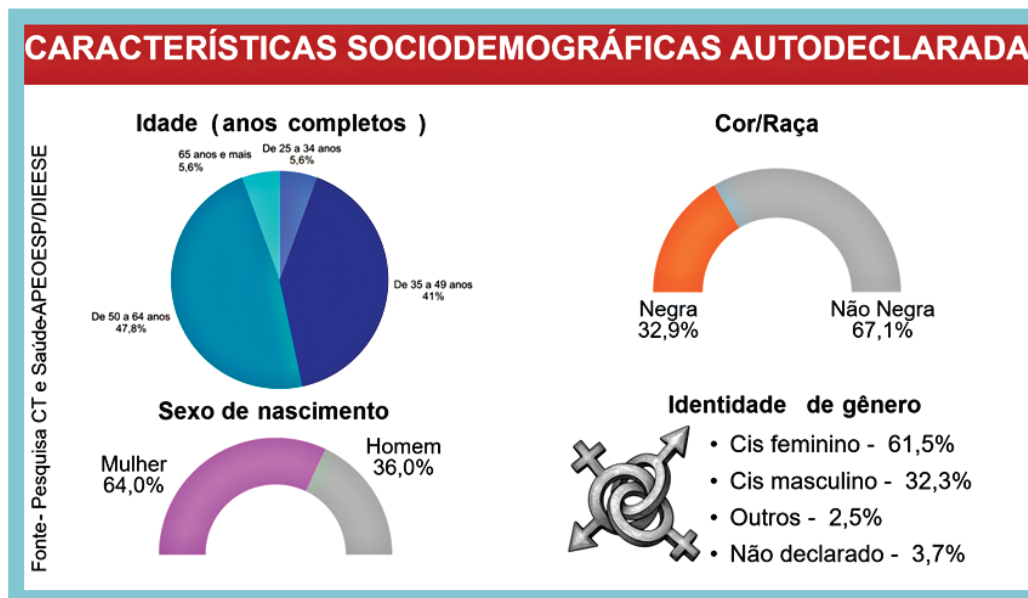
DADOS COMENTADOS DA PESQUISA

1. Perfil sociodemográfico dos profissionais da Educação

O perfil sociodemográfico dos respondentes da pesquisa entre os profissionais da Educação mostra a prevalência de uma maioria que se identifica como Cis feminino (61,5%), enquanto 32,3% se identificam como Cis masculino, sendo que 2,5% se declaram na categoria "outros" e 3,7% não declararam identidade de gênero. Com relação ao sexo de nascimento, há predominância de mulheres (64%) em relação aos homens (36%). De acordo com o Censo do IBGE de 2022, 51,8% da população paulista é composta por mulheres e 48,2% são homens.

Quanto a Cor/Raça, 32,9% dos respondentes declaram-se negros, enquanto 67,1% se declaram não negros, enquanto os dados gerais da população paulista indicam 58% de pessoas que se declaram brancas, 33% pardas e 8% negras. Somando-se negras e pardas, teremos 41% da população paulista "Não Brancas" (Censo IBGE 2022).

Veja a tabela a seguir:



2. Escolaridade e Formação

Nas duas próximas tabelas, podemos verificar uma grande diversidade de áreas de formação, com destaque para licenciaturas nas áreas de humanas, ciências naturais, saúde, artes, com grande prevalência da formação na área da Educação, com 47% dos respondentes.

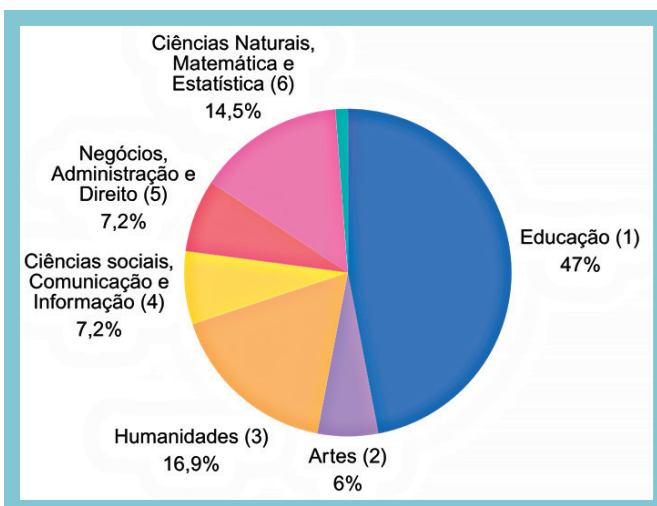
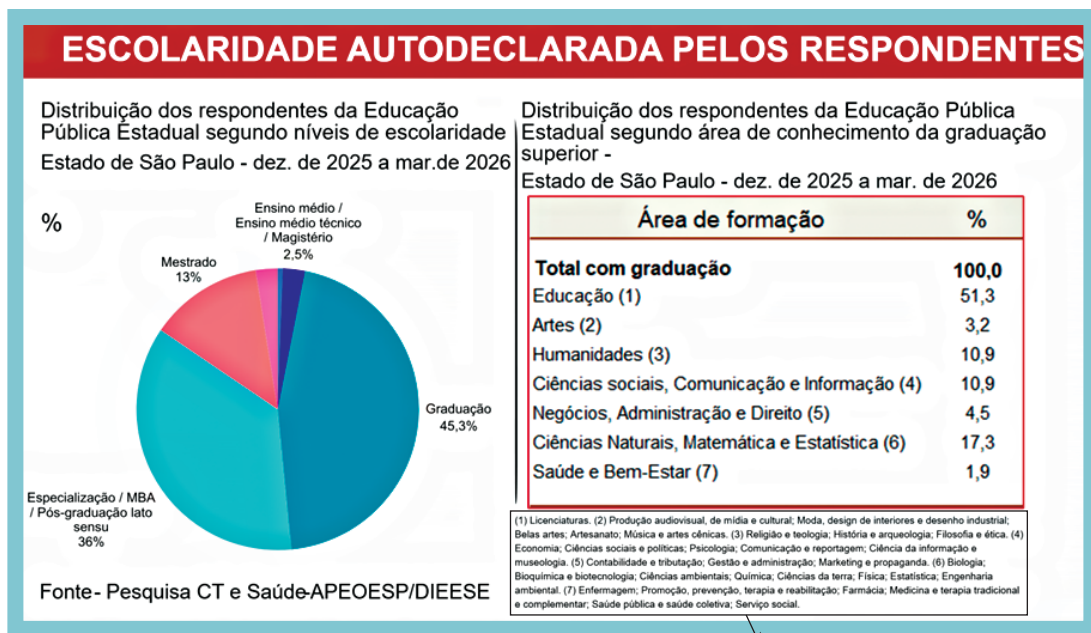
SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



É muito relevante assinalar que 51,5% dos respondentes possuem pós-graduação, um dado que ressalta o grande compromisso e esforço pessoal dos profissionais da Educação da rede estadual de ensino com a busca de mais qualidade no processo ensino-aprendizagem, considerando as jornadas estafantes de trabalho e ausência de programas que incentivem e facilitem esta etapa da formação acadêmica e profissional para quase metade da categoria, contratados em caráter temporário.

Sob o governo Tarcísio de Freitas, a luta da APEOESP conquistou um concurso para professores que efetivou cerca de 15 mil docentes, porém a categoria ainda é formada por cerca de 48% de professores temporários, para os quais não existem programas de bolsas mestrado e doutorado. APEOESP e AFUSE lutam juntas para que as escolas tenham em seus quadros, no mínimo, 70% de profissionais concursados.

Veja os dados nas tabelas a seguir:



(1) Licenciaturas. (2) Produção audiovisual, de mídia e cultural; Moda, design de interiores e desenho industrial; Belas artes; Artesanato; Música e artes cênicas. (3) Religião e teologia; História e arqueologia; Filosofia e ética. (4) Economia; Ciências sociais e políticas; Psicologia; Comunicação e reportagem; Ciência da informação e museologia. (5) Contabilidade e tributação; Gestão e administração; Marketing e propaganda. (6) Biologia; Bioquímica e biotecnologia; Ciências ambientais; Química; Ciências da terra; Física; Estatística; Engenharia ambiental. (7) Enfermagem; Promoção, prevenção, terapia e reabilitação; Farmácia; Medicina e terapia tradicional e complementar; Saúde pública e saúde coletiva; Serviço social.



3. Inserção Ocupacional e Jornada

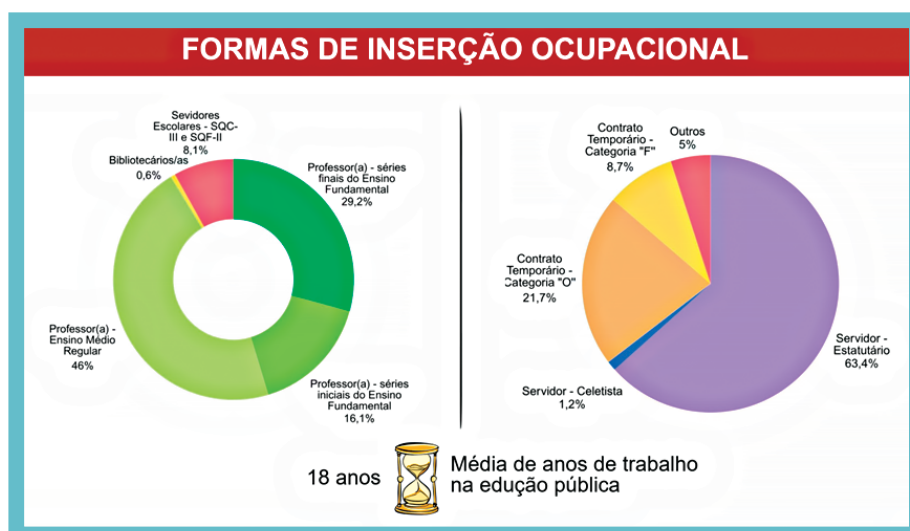
Quando verificamos a inserção ocupacional dos profissionais da Educação na rede estadual de ensino de São Paulo, o quadro das respostas dos participantes da pesquisa nos informa que a maioria (63,4%) é composta de servidores efetivos, o que contrasta com a composição atual do quadro de servidores da rede estadual de ensino, que é de pelo menos 48% contratados temporariamente (categoria O).

Desde 2023, é recorde o número de professores temporários na rede estadual, já antecipando algo que a proposta de reforma administrativa em debate no Congresso Nacional pretende normalizar para a contratação de trabalhadores para o serviço público em geral. Entre dezembro de 2014 e dezembro de 2024, o número total de docentes caiu 17,9%, de 238,8 mil para 204,5 mil professores. Os contratos efetivos tiveram queda de 41,2%, o que significou a saída de 57,1 mil professores na rede pública, entre aposentadorias e exonerações.

As professoras e professores contratados de forma temporária (contratos de até 3 anos de duração) são conhecidos na rede estadual paulista como “categoria O”. Entre 2014 e 2024, o número de temporários na rede estadual paulista registrou crescimento de 81,8%, passando de 55,7 mil para 101,3 mil professoras e professores.

O número de professores “categoria O”, que representava 22,4% do total de docentes em dezembro de 2014, passou a 49,5% no mesmo mês em 2024. Isso contraria o Plano Nacional de Educação então em vigor que, no seu item 18.1, estabelecia um percentual mínimo de 90% dos docentes em cargo de provimento efetivo.

Dos que responderam à pesquisa, 8,4% são servidores escolares (funcionários administrativos da Educação), 0,6% bibliotecários e 91,3% professores(as), sendo 46% deles do ensino médio. Chama também a atenção a média de 18 anos atuando na Educação pública, entre os que responderam à pesquisa. Veja os dados completos:





4. Condições gerais de trabalho

Os dados coletados entre os participantes da pesquisa indicam que grande parte dos profissionais da Educação (39,1%), em função dos baixos salários, realiza trabalhos adicionais além daquele que exerce na Educação Pública. A maior parte dessas atividades adicionais (59,3%) são na área da Educação, a maior parte na Educação pública, mas também no ensino privado. Veja os dados completos na tabela a seguir.

Defasagem salarial

Para citar apenas um dado dos professores, o salário-base da categoria na rede estadual de ensino possui uma defasagem de 46,1% em relação ao Piso Salarial Profissional Nacional (R\$ 5.130,63 em 2026). Quanto aos funcionários administrativos da Educação, no Governo Mário Covas (1995-2001), o Agente de Organização Escolar (AOE) recebia o equivalente a 2,5 **salários mínimos**, o que hoje seria o valor de R\$ 4.052,50. Entretanto, na Lei 1.525/2025 o salário inicial de um AOE é de apenas R\$ 1.023,59 – R\$ 3.028,91 a menos do que seria o equivalente a 2,5 **salários mínimos**.

Jornada de trabalho¹

As informações coletadas indicam uma média de trabalho semanal de 31 horas na rede estadual de ensino (90% presencial, 9,3% híbrido e 0,6% remoto), enquanto a média do trabalho adicional é de 21 horas semanais.

A grande questão que essas condições gerais de trabalho suscitam, além da insuficiência dos salários pagos, diz respeito à própria jornada de trabalho dos professores, sobretudo no momento em que o Brasil discute a redução da jornada de trabalho sem redução salarial e o fim da escala 6x1, que afeta 37 milhões de trabalhadores de diversos setores da economia.

Esse debate se ampliou com o envio ao Congresso pelo presidente Lula do PL 1.838/2026 (com urgência constitucional) para acabar com a escala 6x1, reduzindo a jornada de 44 para 40 horas semanais sem redução de salário, com dois dias de descanso. O objetivo é garantir aos trabalhadores mais tempo com a família, para a cultura, lazer, esportes, enfim, melhor qualidade de vida.

No caso dos professores, a aplicação correta da chamada “jornada do piso”, confor-

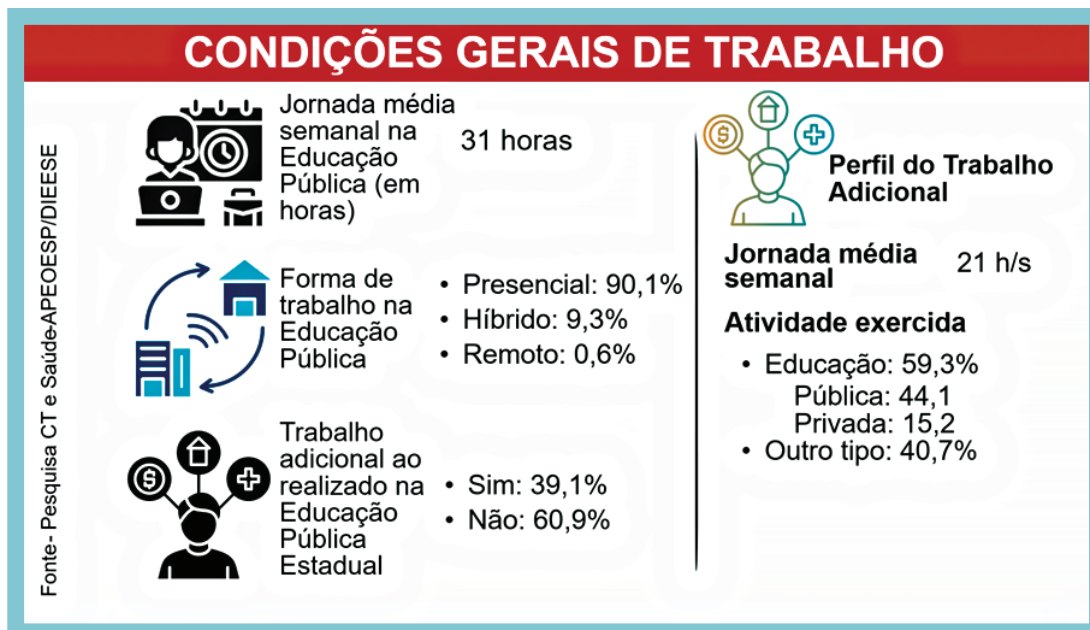
¹ A jornada de trabalho dos professores, na rede estadual de ensino de São Paulo, é regida principalmente pela Lei Complementar n° 1.374/2022, com atualizações via Resolução SEDUC n° 105/2024 e Decreto n° 66.793/2022. As jornadas principais são a Completa (25h semanais) e a Ampliada (40h semanais), com aulas de 45 minutos. A Resolução SEDUC 112/2025 alterou a Resolução SEDUC 105/2024, para estabelecer as proporções de Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo – ATPC, Aula de Trabalho Pedagógico em Local de Livre Escolha – ATPL ou Atividade Pedagógica Diversificada – APD e as aulas com estudantes. Entretanto, essa legislação não atende corretamente o que determina a Lei Federal 11.738/2008 – Lei do Piso Salarial Profissional Nacional – PSPN. Recordemos que, quando enviou à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 143/2023, o governo de Tarcísio de Freitas, que havia se comprometido a instituir as APDs em local de livre escolha para os professores e professoras das escolas de tempo parcial, incluiu dispositivo no texto inicial do projeto que submetia o local de cumprimento das APDs à decisão do secretário da Educação, o que acabou revertido após pressão da APEOESP.

SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



me o artigo 4º da lei federal 11.738/2008, já foi objeto de decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo. De acordo com a sentença, a composição da jornada deve observar no mínimo 33% das horas semanais para as chamadas atividades extraclasse (elaboração e correção de provas e trabalhos, preparação de aulas, formação continuada), a maior parte delas executada pelo professor e pela professora naquele horário que deveria ser de descanso.

A decisão judicial, que corrobora o previsto no Parecer 18/2012 do Conselho Nacional de Educação, cuja relatora foi a Professora Bebel, deputada estadual e primeira presidenta licenciada da APEOESP, determina que o(a) professor(a) trabalhe com educandos 26 aulas e realize atividades extraclasse no tempo equivalente às demais 14 aulas – independente do tempo de duração de cada aula, o que não é cumprido pelo Governo do Estado de São Paulo. Na mesma direção, já foi aprovado na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, projeto de lei que fixa como referência para o cumprimento da lei, a hora-aula de 60 minutos, mesmo que sua duração seja inferior a esse tempo, para evitar que governos “contabilizem” minutos “sobrantes” das aulas com estudantes como parte do tempo que deve ser dedicado a atividades extraclasse.



5. Digitalização e Gestão Algorítmica

A pandemia de Covid-19 (2020-2021) acelerou um processo de transformação tecnológica na rede estadual de ensino de São Paulo, forçando a transição rápida e desordenada para o ensino remoto e estabelecendo as bases para o modelo de ensino híbrido e a plataforma atuais. Essa transição acelerada evidenciou também a exclusão digital de muitos



milhares de estudantes de baixa renda e as próprias deficiências tecnológicas presentes nas escolas estaduais e órgãos do Estado. Entre as dificuldades que afetaram esses estudantes estavam a falta de dispositivos adequados (celulares de baixa qualidade ou compartilhados por toda a família) ou falta de cobertura de sinal em áreas periféricas e rurais.

O pilar central da política do então governo Doria durante a pandemia foi a criação do Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP), instituído pelo Decreto Estadual nº 64.982/2020. As aulas eram transmitidas via aplicativo próprio, canais de TV aberta (como a TV Cultura Educação) e redes sociais.

O ensino remoto não se limitou apenas às videoaulas, mas introduziu ferramentas que hoje são permanentes na rede como o *Google Classroom/Google for Education*, Roteiros de Estudo e outras.

O isolamento social e a dificuldade de adaptação ao modelo autônomo de estudo contribuíram para o aumento das taxas de evasão escolar e para o desgaste emocional de docentes e discentes e demais profissionais que atuam nas escolas.

Impactos da digitalização na rotina dos profissionais da Educação na pandemia

Entre as principais queixas dos profissionais da Educação da rede estadual de ensino durante este processo estava a sobrecarga e “invasão” do espaço privado, na medida em que o teletrabalho eliminou as fronteiras geográficas e temporais entre a vida pessoal e a profissional. Isto também gerou a disponibilidade em tempo integral dos(as) professores(as), sobretudo, que relataram a sensação de estarem “conectados 24 horas”, respondendo a estudantes e famílias via *WhatsApp* e redes sociais fora do horário de aula. O ambiente doméstico tornou-se o cenário das aulas, exigindo que os profissionais adaptassem espaços físicos e arcassem com custos de infraestrutura (Internet, luz, equipamentos). A atual pesquisa mostra que muitos dos problemas então verificados persistem.

Muitos profissionais enfrentaram uma curva de aprendizado íngreme e acelerada para dominar as ferramentas do Centro de Mídias e do *Google Classroom*. Grande parte da formação ocorreu “na prática”, enquanto as aulas já aconteciam, gerando insegurança técnica. Também houve a necessidade de transpor o currículo físico para o digital, o que exigiu novas formas de planejar atividades que mantivessem o engajamento dos alunos à distância.

O acúmulo de funções (planejamento, gravação de vídeos, suporte técnico, busca ativa e gestão de plataformas) elevou os níveis de estresse e exaustão, causando a intensificação de casos da Síndrome de Burnout² entre os profissionais da rede estadual de ensino. A dificuldade em alcançar estudantes em situação de vulnerabilidade social

² Síndrome de Burnout é um estado de exaustão extrema — física, mental e emocional — causado por estresse crônico no trabalho. Reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como um fenômeno ocupacional, caracteriza-se por exaustão, distanciamento e baixa realização profissional.



gerou frustração e angústia nos docentes, que viam o aumento do abismo educacional.

Ao mesmo tempo, a digitalização introduziu mecanismos de controle baseados em dados que persistem até hoje, na forma de uma plataformização absoluta do trabalho: registro de frequência, entrega de tarefas e o desempenho dos alunos passaram a ser monitorados em tempo real por algoritmos. Diretores e coordenadores pedagógicos tiveram que atuar como gestores de crises e mediadores tecnológicos, focando intensamente na busca ativa para evitar o abandono escolar.

Ampliação e intensificação das plataformas digitais no governo de Tarcísio de Freitas

A plataformização total da Educação é o ponto central da gestão Tarcísio-Feder na Educação pública paulista. Renato Feder, secretário de Educação, é empresário do setor eletrônico (Multilaser, fabricante de equipamentos de informática) e já havia iniciado esse modelo de gestão educacional quando foi secretário da Educação no estado do Paraná, com Ratinho Júnior entre 2019 e 2022.

A plataformização expõe os estudantes a muitas horas de telas (na escola e em casa), condiciona o material pedagógico e o conteúdo das aulas (é como se fosse uma Educação à Distância presencial) e funciona, sobretudo, como método de vigilância sobre o trabalho docente e aferição de indicadores para metas de desempenho (rankings que vão determinar o pagamento de bônus em dinheiro e a ordem para a atribuição de aulas).

De julho de 2024 a junho de 2025, os governos estaduais, municipais e o federal no Brasil gastaram R\$ 9,3 bilhões com produtos e serviços fornecidos pelas big techs, aponta levantamento de pesquisadores da USP, UnB e FGV, reunidos no Grupo de Estudos em Tecnologias e Inovação na Gestão Pública da EACH-USP. Esse montante bilionário desmonta a tese de que o Brasil carece de recursos para investir em tecnologia e ainda indica como as políticas públicas brasileiras dependem de companhias como Microsoft, Oracle e Google.

A administração federal foi a que mais gastou (R\$ 4,4 bilhões), seguida dos governos estaduais (R\$ 3,5 bilhões) e dos municipais (R\$ 1,3 bilhão). A compilação das contratações nos últimos 12 meses é apenas uma foto de um filme maior captado pelos pesquisadores. Os pesquisadores também analisaram 19.655 contratos únicos, processos de compra e licitações das diferentes esferas de governo desde 2014 e descobriram que o montante chegou a R\$ 23 bilhões desde então.

Os serviços mais contratados são computação em nuvem, licenciamento de software e sistemas de segurança, e as principais fornecedoras foram Microsoft, Oracle, Google e Red Hat. Os dados apresentados são nominais, não foram corrigidos pela inflação, e compreendem os contratos assinados diretamente com essas empresas ou com

SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



companhias intermediárias, o que indica que o montante total gasto pelos governos no Brasil com as big techs é muito maior do que o identificado.

Esta dependência de serviços leva ao redirecionamento de políticas públicas e a sérios riscos em relação ao controle soberano de dados sensíveis. E o governo Tarcísio, em São Paulo, está estruturando toda a gestão pedagógica da Educação pública paulista com base em plataformas que visam o controle sobre o trabalho dos professores.

Como mostra nota técnica da Rede Escola Pública e Universidade (REPU), apenas em 2024 o governo paulista destinou R\$ 471 milhões para a aquisição de plataformas, contratadas sem a apresentação de evidências de sua eficácia pedagógica. Na rede estadual paulista, a digitalização dos processos educativos, dos conteúdos escolares e das formas de ensinar se baseia num programa de plataformização de todos os aspectos da vida escolar, fortemente baseado na interação digital e que leva à exacerbação do controle do trabalho pedagógico de estudantes, professores e gestores.

Nos dias atuais, a criação e a expansão das plataformas digitais na rede estadual de ensino de São Paulo não decorrem de uma única lei, mas de um conjunto de marcos regulatórios que autorizam o uso de tecnologia e instituem programas específicos. É importante ressaltar, de início, que o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), por meio do Grupo Especial de Educação (GEDUC), determinou que o Governo do Estado interrompa o uso obrigatório das plataformas digitais na rede estadual de ensino, o que não vem sendo integralmente cumprido.

Como já assinalamos anteriormente, o principal instrumento de plataformização direta foi a criação do Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP), que serviu de base para a integração de outras ferramentas. Embora focado inicialmente no ensino remoto durante a pandemia, ele estabeleceu a infraestrutura digital e o modelo de “aplicativo” como porta de entrada para a rede.

Outro instrumento central na política de plataformização da rede estadual de ensino é a Secretaria Escolar Digital, que centraliza a gestão escolar, exigindo que professores registrem diariamente notas, faltas e aulas no diário digital. Embora facilite o acesso a dados e gestão de Recursos Humanos, o uso obrigatório gera aumento de carga de trabalho e sobrecarga de tarefas, impactando a saúde mental dos educadores.

A Resolução SEDUC nº 84/2024 estabeleceu diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio, reforçando o uso impositivo de plataformas digitais (como *Khan Academy*, *Alura* e *Leia SP*) como parte da carga horária e mediação pedagógica.

A rede de ensino paulista utiliza um ecossistema de plataformas integradas, entre as quais estão:



- ➔ *Matific* - Plataforma de matemática para o Ensino Fundamental.
- ➔ *Khan Academy* - Focada em matemática e ciências.
- ➔ *Alura* - utilizada especificamente nos itinerários formativos de tecnologia e robótica.
- ➔ *Leia SP e Redação Paulista* - ferramentas próprias de leitura e produção de texto.

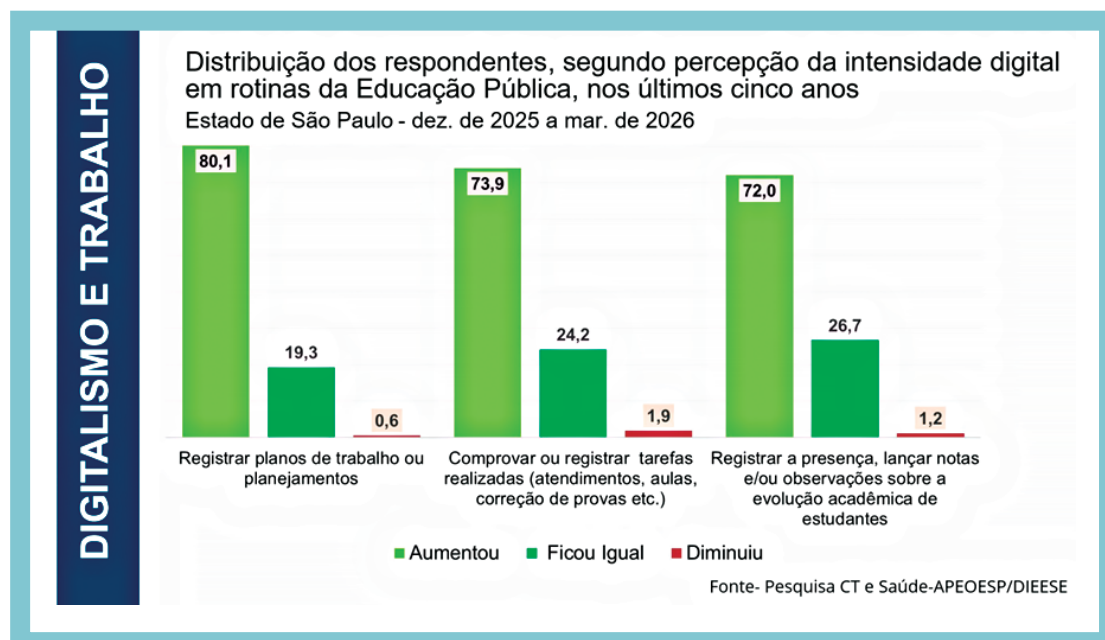
Por outro lado, embora o estado incentive o uso dessas plataformas, a Lei Estadual nº 18.058/2024 passou a proibir o uso de celulares e dispositivos eletrônicos pessoais pelos estudantes em sala de aula, exceto quando houver autorização expressa do professor para fins estritamente pedagógicos.

Percepção dos impactos da digitalização

A persistência e intensificação de diversos problemas relacionados aos impactos da digitalização na vida pessoal e profissional dos professores, assim como na sua saúde, verificados durante a pandemia, se evidenciam nos resultados da pesquisa que é objeto desta publicação.

A maioria percebe aumento na intensidade digital em rotinas escolares sob a gestão do governo Tarcísio de Freitas, especialmente para registrar planos, avaliações e notas. Identificam aumento de tarefas, ritmo de trabalho e volume de tarefas, com destaque para vigilância e controle sobre o trabalho individual (86,3%) e metas individuais (78,3%).

Veja nas tabelas os dados completos:

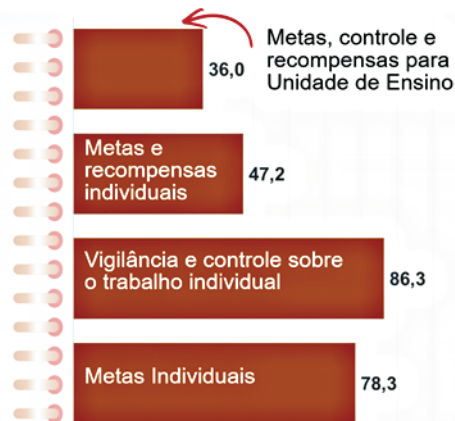


SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



DIGITALISMO E TRABALHO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Proporção dos respondentes segundo associação entre o uso de ferramentas digitais e aspectos da gestão algorítmica



Fonte- Pesquisa CT e Saúde-APEOESP/DIEESE

6. A Saúde dos Profissionais da Educação

O trabalho dos profissionais da Educação na rede estadual de ensino, segundo evidencia a atual pesquisa, sobretudo os professores, vem gerando problemas de saúde física ou biológica. Entre os participantes da pesquisa, 80,2% associam adoecimento físico ao trabalho na Educação pública, sendo que 60,3% já se afastaram por adoecimento físico.

Ao mesmo tempo, 97,6% dos participantes associam adoecimento mental ao trabalho, sendo que 24,8% já se afastaram do trabalho por esse motivo.

A pesquisa revela um cenário de intensificação do trabalho digital, aumento de demandas e vigilância, além de impactos significativos na saúde física e mental dos profissionais da Educação pública estadual. O contexto de digitalização trouxe desafios para a gestão do trabalho e para o bem-estar dos trabalhadores, evidenciando a necessidade de políticas de apoio e valorização.

Não podemos deixar de mencionar a situação estrutural das escolas estaduais paulistas, que afeta o trabalho e a saúde de seus profissionais. Os problemas estruturais são complexos e envolvem desde a deterioração física das unidades até mudanças profundas na organização do trabalho docente e no perfil das matrículas. Em 2026, esses desafios se tornaram ainda mais evidentes com a consolidação de políticas de digitalização e expansão do ensino integral (PEI).

Relatórios recentes do Tribunal de Contas do Estado (TCESP) indicam que uma parcela significativa das escolas ainda enfrenta problemas básicos como deterioração, falta de manutenção em telhados, sistemas elétricos e hidráulicos. Em muitas vistorias, foram encontrados banheiros precários e falta de acessibilidade.

SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



Em diversas unidades não existe o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e foram encontradas irregularidades graves no transporte escolar, como veículos superlotados ou sem cintos de segurança. Também há problemas no armazenamento de alimentos e falta de insumos básicos (papel higiênico, sabonete) em escolas de regiões mais vulneráveis.

Em tempos de aquecimento global, com a gradativa elevação das temperaturas, é muito grave que menos de 1/3 das escolas estaduais sejam climatizadas, afetando intensivamente a saúde de professores, funcionários e estudantes.

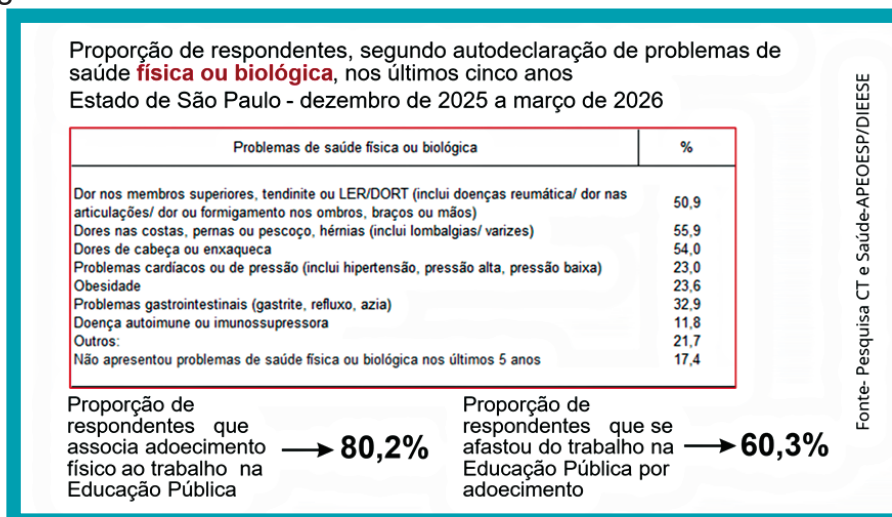
Em 2020, em parceria com a APEOESP, a seção paulista do Instituto dos Arquitetos do Brasil produziu o Manual Técnico para Escolas Saudáveis³, cujo objetivo foi demonstrar que as unidades escolares da rede estadual de ensino não possuíam as condições necessárias para a implementação dos protocolos de segurança necessários para a eventual volta às aulas presenciais durante a pandemia, como pretendia o governo estadual da época.

O estudo revelou, entre outros dados, que 99% das escolas não possuem enfermaria, consultório médico ou ambulatório. Além de que 82% das escolas não têm mais do que dois sanitários para uso dos estudantes. Cerca de 11% das unidades não têm pátio onde os alunos passem o intervalo entre as aulas e 13% não dispõem de quadra ou espaços poliesportivos.

Como vimos, o modelo de trabalho dos professores passou por uma mudança estrutural que gera instabilidade, além do fato de que metade dos professores são temporários (Categoria O), o que gera uma rotatividade imensa e insegurança jurídica.

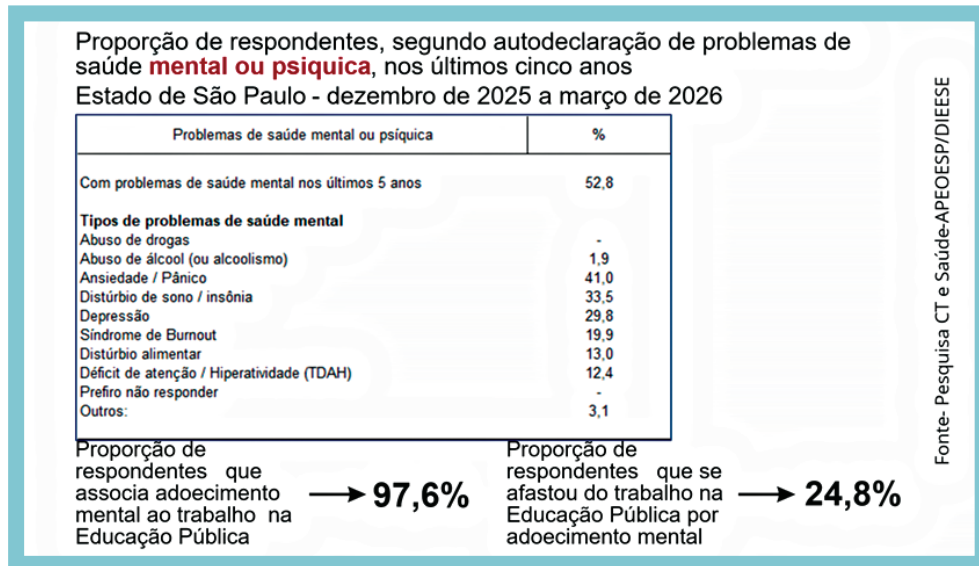
O conjunto de problemas e deficiências presentes nas escolas da rede estadual de ensino, além das políticas e medidas adotadas pelo governo Tarcísio de Freitas em relação à Educação pública do Estado, gera o ambiente no qual vai se intensificar o adoecimento dos profissionais da Educação.

Veja os dados completos sobre o adoecimento dos profissionais da Educação nas tabelas a seguir:



3 <https://www.apeesp.org.br/publicacoes/escolas-saudaveis/>

SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



7. Adoecimento e afastamentos de profissionais da Educação

Dados coletados pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança do Trabalho (Fundacentro), órgão vinculado do Ministério do Trabalho e Emprego, junto ao DPME (Departamento de Perícias Médicas do Estado), apontam as principais enfermidades que acometem os profissionais da Educação na rede pública estadual de ensino e os números dos afastamentos por motivo de saúde registrados naquele órgão.

Os dados fornecidos pelo DPME evidenciam o total de 254.602 licenças médicas de servidores lotados na Secretaria da Educação (SEDUC) entre os anos de 2019 e 2024, o que significa uma média de 42.433 licenças-saúde por ano neste período no âmbito da SEDUC. Para efeito de comparação, o total de afastamentos por doenças de todo o funcionalismo público estadual foi de 364.134 no mesmo período.

Nos dados até dezembro de 2024 do Departamento Estadual de Perícias Médicas, os principais motivos para a licença saúde de professoras e professores da rede pública paulista estão relacionados à condição física e psicológica. Os transtornos mentais foram responsáveis por 42 mil afastamentos em 2024, o que representa 28,8% do total de afastamentos naquele ano, aumento de 11,1% em relação a 2022.

Os afastamentos motivados por saúde mental cresceram no governo de Tarcísio de Freitas. Informações publicadas nos meios de comunicação, obtidas via Lei de Acesso à Informação e relatórios de órgãos de fiscalização mostram que o número de afastamentos para tratar doenças relacionadas à saúde mental (como ansiedade e depressão) cresceu cerca de 14% em 2023 em comparação ao ano anterior na área da Educação pública estadual. Esse foi o maior salto registrado desde o início da pandemia.

SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



Em 2025, foi publicada pelo G1 – site de notícias das Organizações Globo, notícia de que o Estado chegou a registrar uma média de 95 afastamentos por dia de professores apenas por transtornos mentais e comportamentais (CID-10). Entre janeiro e setembro de 2024, foram contabilizadas mais de 25.000 licenças nessa categoria. Esses dados, de acordo com a notícia, foram obtidos pelo CPP – Centro do Professorado Paulista, por meio da Lei de Acesso à Informação.

Total dos Afastamentos por transtornos mentais e comportamentais dos servidores públicos estaduais de SP - (2019-2024)

Nº absoluto de afastamentos por doença (2019-2024)	
Descrição do Órgão	Nº Absoluto
Secretaria da Educação	254.602
Secretaria da Adm. Penitenciária	51.558
Secretaria da Saúde	38.129
Secretaria da Segurança Pública	10.033
Universidades	5.580
Demais Secretarias	4.232
Total Geral	364.134

Fonte: Lei de Acesso à Informação – DPME-SP – Secretaria de Gestão – 2019-2024 – Func. SP 198.000.

Veja as doenças que motivaram os afastamentos médicos no âmbito da SEDUC

Secretaria de Educação

CAPÍTULO CID-10	DPME	RGPS
Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais	28,01%	13,19%
Capítulo I - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	13,91%	1,00%
Capítulo XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	13,61%	24,34%
Capítulo X - Doenças do aparelho respiratório	11,85%	0,65%
Capítulo XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	8,23%	3,70%
Capítulo XIX - Lesões, envenenamentos e algumas outras conseqüências de causas externas	4,21%	23,80%
Capítulo XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	3,34%	0,98%
Capítulo XI - Doenças do aparelho digestivo	3,05%	6,01%
Capítulo IX - Doenças do aparelho circulatório	2,54%	5,21%
Capítulo VII - Doenças do olho e anexos	2,19%	1,33%

8. Tarcísio está destruindo a saúde pública e o IAMSPE/HSPE

Para agravar ainda mais o quadro, o governo Tarcísio desenvolve uma política de vir-

SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



tual abandono da saúde pública no estado, particularmente no que se refere ao IAMSPE – Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual e ao Hospital do Servidor Público do Estado – HSPE.

Do ponto de vista mais geral, as reclamações da população sobre a saúde pública no estado de São Paulo concentram-se em problemas estruturais de atendimento, redução de investimentos e denúncias de desabastecimento de remédios. Em 2026, o cenário é marcado por uma forte tensão entre as promessas de modernização e as críticas sobre a eficiência da máquina pública no setor da saúde, no qual Tarcísio prioriza políticas de terceirização e privatização de equipamentos e serviços.

Relatórios do DIEESE de 2026 apontam que, apesar da promessa do governo Tarcísio de utilizar na Saúde os R\$ 11 bilhões correspondentes ao corte de 5% dos 30% do Orçamento Estadual destinados à Educação, o orçamento da pasta da Saúde sofreu quedas reais, com redução de cerca de 7,32% nos valores empenhados na Lei Orçamentária de 2026 em comparação ao ano anterior.

Vistorias do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP) identificaram falhas graves na gestão de unidades diretas. Unidades como o Hospital Heliópolis e o Hospital de Taipas foram alvo de multas e auditorias por falta de médicos em plantões, consultas marcadas em intervalos impossíveis (por exemplo: 36 pacientes em 10 minutos) e escalas de trabalho incompletas. O Hospital Regional de São Matheus, também na Capital, além de outros hospitais da Zona Leste de São Paulo também são objetos de denúncias da população

O SindSaúde-SP vem denunciando que a precariedade das estruturas e as longas filas têm gerado um aumento nas agressões sofridas por profissionais de enfermagem e recepção. A extinção de milhares de cargos vagos (mais de 67 mil em 2026) é vista como um passo para a privatização via OSs (Organizações Sociais), o que gera críticas sobre a precarização dos vínculos trabalhistas.

O governo Tarcísio defende o modelo de parcerias com o setor privado como solução para a eficiência, porém entidades, movimentos de Saúde e parlamentares, como a deputada estadual Professora Bebel apontam que o controle sobre o que as Organizações Sociais (OSs) entregam é falho, gerando “ilhas” de excelência em algumas unidades e abandono em outras, sem que o estado consiga auditar o destino de bilhões de reais em repasses.

O projeto de Tarcísio é privatizar o Hospital do Servidor e o IAMSPE

Em relação ao IAMSPE e ao HSPE os principais pontos denunciados por parlamentares, sindicatos e usuários na gestão de Tarcísio de Freitas (especialmente entre 2024 e 2026) giram em torno do projeto de desmonte e precarização para viabilizar a privatização. Este projeto prejudica diretamente 1,2 milhão de usuários do IAMSPE.



A denúncia central é que o governo tem reduzido os repasses estaduais, deixando o Instituto sustentado quase exclusivamente pela contribuição dos servidores (os 2% a 3% descontados em folha). Denúncias na Assembleia Legislativa indicam cortes significativos, incluindo uma redução de R\$ 66 milhões no orçamento de 2026 em relação aos anos anteriores. O Estado contribui com apenas cerca de 10% a 14% do custo total do IAMSPE. As entidades do funcionalismo lutam para que essa proporção seja paritária, como manda a lei.

É importante que continuemos denunciando a intenção do governo Tarcísio, assim como foi no governo de João Dória, de vender o prédio-sede do IAMSPE, avaliado em quase R\$ 1 bilhão, que chegou a ser incluído em um portal de vendas de imóveis do Estado. O governo recuou, afirmando que as informações estavam «descontextualizadas», mas tudo indica que a intenção de uma privatização «fatiada» persiste. O governo vem demonstrando que planeja transferir a gestão de diversos setores do HSPE para Organizações Sociais.

Os usuários do IAMSPE relatam um cenário de abandono tanto na capital quanto no interior. Muitos hospitais, clínicas e laboratórios credenciados no interior e litoral romperam contratos com o IAMSPE devido aos baixos valores de reembolso e atrasos, forçando servidores a viajarem centenas de quilômetros até São Paulo para consultas básicas. Há relatos de esperas que variam de 7 meses a 2 anos para consultas com especialistas (como oftalmologistas e oncologistas), exames de imagem e cirurgias eletivas.

Os usuários do HSPE são penalizados pela falta de médicos e o cancelamento de contratações de residentes, o que sobrecarrega o quadro atual e piora o tempo de resposta do Hospital. Neste momento, o governo Tarcísio incentiva a demissão voluntária de médicos e funcionários experientes, para contratar em seu lugar profissionais terceirizados, como denunciam a Associação dos Funcionários do IAMSPE (AFIAMSPE), a Associação dos Médicos do IAMSPE (AMIAMSPE) e o SindSaúde-SP. Além disso, o cancelamento da contratação de mais de 140 médicos residentes impactando na capacidade de atendimento do hospital.

Assim como na rede estadual geral, usuários do IAMSPE têm relatado dificuldades frequentes para retirar medicamentos de uso contínuo nas farmácias do Instituto, além da falta de materiais básicos para procedimentos dentro do hospital.

9. Uma Educação democrática, inclusiva e humanizada é o caminho

A defesa da democracia e do Estado de Direito está pautada na sociedade brasileira e, para isso, aprofundar a participação cidadã, crítica e consciente no ambiente escolar é fundamental.



A escola, como espaço público de diálogo, liberdade de pensamento e desenvolvimento do saber crítico, enfrenta desafios e ameaças em pleno século XXI. O individualismo e a meritocracia aprofundam modelos pedagógicos e de gestão escolar que impedem a democratização e a construção do saber crítico.

A gestão empresarial da Educação nas redes públicas tem ganhado espaço e é o principal entrave para que a escola seja espaço de vivência pedagógica de uma sociedade fundada na igualdade, no respeito às divergências de opinião, de credo e que inspire as famílias e as comunidades valores para além das relações de mercado.

Se as escolas transformadas em quartéis são aberrações que a sociedade vem conseguindo coibir e desmilitarizar, a gestão empresarial da Educação nas redes públicas tem se implementado cada vez mais em todo o Brasil. E aqui reside o grande desafio para que, como defendemos, a escola seja o espaço para uma Educação com qualidade social, que tenha como horizonte a construção de um novo padrão sócio-político que mobilize a população em direção a uma sociedade que transcenda a dominância neoliberal.

Qualidade social da Educação significa uma crítica das atuais relações sociais e uma avaliação de sua capacidade para construir um horizonte em que se vislumbre mais humanização. E, dada a impossibilidade de que as atuais relações sociais possam ir além da exploração dos seres humanos e da natureza, isso significa, por oposição, lutar e construir novas relações entre as pessoas que radicalizem a igualdade e a democracia para além do capital e para além da democracia liberal vigente, incapazes de produzir mais humanização.

Educação democrática significa a possibilidade de crítica às atuais relações sociais na direção da construção de novas sociabilidades que radicalizem os direitos humanos, a igualdade e a democracia. Esse é o significado profundo do que afirmava Paulo Freire: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*, 2000).

Educação democrática, mais do que o necessário domínio do conhecimento, das linguagens, ciências e artes, é permitir aos estudantes participar de experiências contra-hegemônicas pautadas no trabalho coletivo e na democracia. Deve incluir práticas que levem os estudantes a saber como se auto-organizar pessoal e coletivamente contrariando a meritocracia e o individualismo vigentes nas escolas de hoje e que dão sustentação às relações sociais em vigor. Vivenciar experiências democráticas radicais nas escolas é um caminho essencial para a defesa da democracia no Brasil e para a efetivação dos direitos humanos.



**FRENTE PARLAMENTAR
PELOS DIREITOS, DA
SAÚDE DO FUNCIONALISMO
PÚBLICO DO ESTADO DE
SÃO PAULO**



SindSAÚDE-SP

SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS EM SAÚDE NO ESTADO DE SÃO PAULO

UNICAMP FETSS CNTSS CUT

DIIESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS